

## ***Redução da Pobreza e Desenvolvimento Inclusivo: As Práticas de Macau\****

*Wu Zhiliang\*\**

O conceito de “desenvolvimento inclusivo” é um novo conceito de desenvolvimento apresentado por organizações internacionais no século XXI para superar as dificuldades e as deficiências derivadas do desenvolvimento da civilização moderna. Desde a Revolução Industrial, a procura do lucro e da acumulação de capital tem sido o objectivo principal para o desenvolvimento socioeconómico, negligenciando o desenvolvimento global dos seres humanos de maneira que, causando várias injustiças e desigualdades na sociedade, os frutos dessa negligência têm sido as tensões nas relações entre pessoas, entre diferentes comunidades da sociedade, entre economias e entre países. A procura do lucro sacrifica muitas vezes o ambiente ecológico, o que gera também uma tensão na relação entre o Homem e a Natureza. O conceito de “desenvolvimento inclusivo” baseia-se, portanto, numa abordagem centrada no ser humano para alcançar o objectivo do desenvolvimento sustentável do mesmo, tendo o estabelecimento da

---

\* Discurso proferido no fórum temático “Implementação da Iniciativa de Desenvolvimento Global: O Desenvolvimento tendo por base a população como ponto fulcral para o desenvolvimento” do Fórum de Alto Nível do *Think Tank Media* sob o tema “Desenvolvimento Mundial: Missões comuns e Valores das Acções”, organizado pelo Gabinete de Comunicação do Conselho de Estado e co-organizado pela Academia Chinesa de Ciências Sociais, pelo Centro de Investigação para o Desenvolvimento do Conselho de Estado e pelo China Media Group.

\*\* Doutorado em História, membro no Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Vice-Presidente da *Chinese Association of Hong Kong & Macao Studie* e Presidente do Conselho de Administração da Fundação Macau.

“harmonia” como base de todas as relações de desenvolvimento como, por exemplo, o estabelecimento de uma relação harmoniosa e simbiótica entre o ser humano, entre o ser humano e a sociedade e entre o ser humano e a natureza.

Com a emergência da *Internet* no final dos anos 90 e o avanço da globalização, os riscos, os desafios e os problemas do desenvolvimento enfrentados pelas pessoas tornaram-se cada vez mais imprescindíveis para serem explorados e resolvidos em conjunto. Neste contexto, o Presidente Xi Jinping propôs a construção de uma “Comunidade de Destino Comum da Humanidade”, que é uma resposta científica à actual e futura direcção do desenvolvimento da sociedade e do ser humano, sendo este um conceito de desenvolvimento inclusivo que tem em conta o bem-estar das pessoas de todo o mundo e que se centra no ser humano. Em Setembro de 2021, o Presidente Xi Jinping tinha ainda proposto, na Conferência das Nações Unidas, a iniciativa do desenvolvimento global. Assim, o conceito de desenvolvimento inclusivo pode basear-se no quadro conceptual da “Comunidade de Destino Comum da Humanidade” e na iniciativa do desenvolvimento global, tornando o desenvolvimento inclusivo uma das componentes-chave de uma nova civilização moderna. Para uma sociedade, uma das formas de pôr em prática o desenvolvimento inclusivo é alcançar, tanto quanto possível, um desenvolvimento equilibrado, para que os frutos do desenvolvimento possam beneficiar todos os membros da sociedade, e, através da abertura e conectividade com o mundo, proporcionar soluções para os problemas que encontramos no desenvolvimento mundial, contribuindo para a construção de uma “Comunidade de Destino Comum da Humanidade” e de uma nova civilização humana. A redução da pobreza é uma das medidas mais importantes para que os frutos do desenvolvimento cheguem a todos os membros da sociedade. Macau, sendo uma das Regiões Administrativas Especiais da China, tem feito explorações úteis e proporcionado a sua experiência para alcançar um desenvolvimento inclusivo para todos os residentes através do desenvolvimento económico.

A primeira coisa que a RAEM fez após a sua criação foi desenvolver a sua economia e melhorar o bem-estar da população. Com a liberalização adequada do sector do jogo, a melhoria do conteúdo do sector dos serviços turísticos e o

lançamento da medida do visto individual para que o residentes do Interior da China possam visitar Hong Kong e Macau, a economia de Macau, desde 2003, tem registado um crescimento célere. Entre 1999 e 2019 a envergadura da economia de Macau aumentou cerca de quatro vezes e entre 1999 e 2021 a taxa média do crescimento anual do seu PIB foi de 5,31%, tendo Macau sido classificado pelas organizações internacionais como uma economia desenvolvida. O desenvolvimento da economia tem resolvido radicalmente o problema do desemprego que assolou Macau durante o período pós-transição, fez baixar a taxa de desemprego global do seu auge de 6,8% em 2000 para 1,7% em 2019, alcançando-se assim teoricamente o “pleno emprego”. Devido ao impacto da epidemia, a taxa de desemprego global registada em 2021 foi de 2,9%; não obstante, o nível registado foi, ainda assim, um nível relativamente mais baixo, quando comparado com outras economias desenvolvidas.

Como resultado do desenvolvimento económico, as receitas públicas melhoraram significativamente, tendo assim o Governo da RAEM mais recursos e capacidade para melhorar a vida da população, nomeadamente a educação, a segurança social, os cuidados de saúde e a habitação, de modo que os resultados da redução da pobreza e do desenvolvimento inclusivo puderam ser traduzidos, directamente, no nível do bem-estar dos residentes e a eficiência desses resultados foi evidente para todos.

No período inicial após o retorno à Pátria, o Governo da RAEM investiu activamente recursos para o desenvolvimento da educação, dando subsídios, através da Fundação Macau e do antigo Fundo de Desenvolvimento Educativo (o actual Fundo Educativo), às instituições educativas para reconstruir, expandir ou reparar os seus edifícios escolares e para adquirir equipamentos didácticos mais recentes. No ano financeiro de 2020, as despesas do Governo na área da educação foram de 12,2 mil milhões de patacas, o que equivale a 12,3% do total das despesas públicas. Desde o ano lectivo de 2007/2008, o ensino gratuito foi alargado a todos os 15 anos do ensino regular e, no mesmo ano, foi ainda promovido o ensino em pequenas turmas. Actualmente, o número de alunos por cada turma das escolas que oferecem o ensino gratuito não ultrapassa os 35 alunos.

No ano financeiro de 2020, as despesas com os subsídios de escolaridade gratuita foram de 2,9 mil milhões de patacas, representando quase um quarto do total das despesas para a área da educação. De acordo com o teste do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) de 2018, organizado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o desempenho dos alunos de Macau com 15 anos de idade, nas literacias de Leitura, Matemática e Científica, posicionaram-se simultaneamente no terceiro lugar. As três literacias dos alunos de Macau alcançaram o nível de aprovação do PISA, posicionando-se, mundialmente, no segundo lugar. A OCDE indicou, ainda, que Macau é a única economia que tem apresentado um progresso contínuo e rápido, em termos de qualidade educativa.

Macau tem feito ainda progressos consideráveis no desenvolvimento do ensino superior. A Universidade de Macau (UM), uma instituição educativa oficial, em 2009 iniciou a construção de um novo campus universitário na Ilha de Hengqin da província de Guangdong, tendo uma área 20 vezes maior do que a que as suas instalações na Ilha de Taipa possuía. Este novo campus entrou em funcionamento em 2013, o qual melhorou significativamente o ambiente do ensino e da investigação, bem como aumentou a influência e a competitividade a nível regional e internacional. Quanto às instituições educativas particulares, como a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau (UCTM) e a Universidade de S. José (USJ), desde o retorno à Pátria, têm vindo a construir activamente os seus próprios campus universitários, criando bases para a melhoria do nível do ensino e da investigação e tendo alcançado sucesso. Em relação à Universidade da Cidade de Macau e ao Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau, operam as suas actividades educativas em instalações governamentais, situação que melhorou significativamente as suas condições de funcionamento. A UM e a UCTM, ambas estabeleceram unidades de investigação de alto nível, designadamente Laboratórios de Referência do Estado. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem dado maior ênfase ao cultivo de talentos, para além de conceder bolsas de mérito a estudantes excelentes pela Fundação Macau e pelo antigo Gabinete do Ensino Superior. A Comissão para o Desenvolvimento de

Talentos tem feito uma análise e planeamento geral dos talentos necessários à sociedade de Macau, a fim de colmatar as necessidades para o próprio desenvolvimento socioeconómico e para o desenvolvimento socioeconómico regional.

Para além da educação, o Governo da RAEM também tem feito investimentos consideráveis para o bem-estar social, compartilhando os frutos do desenvolvimento económico com os residentes, através da redistribuição da riqueza, para que os mesmos possam sentir os benefícios da prosperidade, do desenvolvimento e do progresso, o que é também uma forma de implementar a justiça social. No ano 2020, o valor das despesas públicas do Governo, no âmbito da segurança social, atingiu 26,9 mil milhões de patacas, representando 27% do total das despesas públicas, sendo a maior proporção de despesas de entre as outras áreas. Desde 2005, o Governo tem vindo a atribuir aos idosos residentes permanentes o “Subsídio para Idosos” e, desde 2008, foi lançado o Plano de Participação Pecuniária, concedendo aos portadores de Bilhete de Identidade de Residente da RAEM apoio pecuniário, tendo esta medida beneficiado bastante as famílias de baixos rendimentos. Ainda em 2008, o Governo da RAEM propôs o estabelecimento do sistema de segurança social a dois níveis. Este sistema é constituído pelo regime de segurança social que abrange todos os residentes de Macau e pelo regime de previdência central não obrigatório em que as contribuições provêm dos empregadores, dos trabalhadores e do Governo. Por outro lado, o sistema de cuidados de saúde do Governo da RAEM incluiu os idosos, os bebés e as crianças, os alunos do ensino primário e secundário e as grávidas, bem como proporcionou uma protecção abrangente aos portadores de doenças graves como o cancro, as doenças infecciosas e as doenças mentais. Foram ainda dados subsídios às principais instituições médicas privadas; lançados planos como o Programa Piloto de Prótese Dentária para Idosos; dada isenção de tarifas de autocarros aos idosos e subvenção de tarifas de autocarros aos estudantes; foi feito o fornecimento de leite/leite de soja aos alunos e aprovadas medidas de subvenção para o pagamento de tarifas de água e de energia eléctrica, bem como aprovado o Plano de benefícios de consumo por meio electrónico

contra a epidemia, entre outras medidas, com vista manter e melhorar o nível e a qualidade de vida dos residentes.

O pressuposto de trabalhar com alegria é viver com tranquilidade. A fim de satisfazer as necessidades habitacionais dos residentes, o Governo da RAEM lançou, em 2007, um programa de construção de 19.000 unidades habitacionais públicas. Em 2010, o Governo fixou como objectivo construir mais 6.300 unidades habitacionais públicas e até finais de 2021 foi prevista a construção de mais de 40.000 unidades habitacionais públicas. Após muitos anos de trabalho árduo, o problema da oferta de habitação social para famílias de baixos rendimentos foi completamente resolvido, estando os procedimentos de atribuição e aquisição de habitação económica a preços favoráveis para residentes elegíveis a ser realizados de forma ordenada. Esta medida de oferta de habitação de Macau poderá satisfazer as necessidades dos residentes por um longo período de tempo. O quinto Governo da RAEM propôs uma política de “Cinco classes de habitação”, aditando residência para idosos e habitação para a classe intermédia, o que mostra a transição da fase de construção de habitação para colmatar as necessidades, para a fase de construção para melhorar as condições de habitação.

Importa salientar que, através do Plano de Participação Pecuniária, implementado em Macau desde 2008, o Governo tem atribuído incondicionalmente aos residentes, uma participação pecuniária para promover a estabilidade social e reforçar o sentimento de bem-estar dos residentes. Macau foi pioneiro na teoria do “Rendimento Básico Universal” defendida pelos economistas nos últimos anos, vindo a tornar-se um campo de ensaio para o desenvolvimento inclusivo.

Com o desenvolvimento económico, a redução da pobreza e o desenvolvimento inclusivo na RAEM tornaram-se uma realidade. Para manter a qualidade desses frutos, o desenvolvimento sustentável da economia é a chave, especialmente à luz da epidemia, devendo deixar de aplicar-se políticas favoráveis para o desenvolvimento de um determinado sector, como se fazia anteriormente. Desde 2020 que a situação epidémica do novo tipo de coronavírus tem causado

um enorme impacto na economia e na sociedade de Macau; as receitas públicas diminuíram bruscamente e as pressões sentidas pelos residentes sobre o emprego e a vida aumentaram significativamente. Perante a situação do aumento da procura de serviços relativos à vida da população e as limitações desses recursos, o desenvolvimento social requer urgentemente a diversificação adequada da economia e o reforço da resiliência aos riscos da estrutura económica. Por outro lado, o desenvolvimento do País está num período de oportunidades estratégicas importante. Com a implementação da estratégia de desenvolvimento orientada para a inovação do País, da estratégia de expansão da procura interna e da estratégia de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, tem sido fomentada a abertura ao exterior de forma mais abrangente, mais diversificada e mais aprofundada para promover em conjunto a construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, proporcionando um maior espaço para a diversificação da economia e para a melhoria do bem-estar da população de Macau.

Actualmente, Macau está a atravessar um período de transformação socioeconómica. Tanto a nível política estatal, como a nível política da RAEM, os residentes estão a orientar-se para se equiparem activamente para a próxima fase de desenvolvimento. A Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, estabelecida em Setembro de 2021, tem proporcionado um maior espaço para a diversificação adequada da economia de Macau e é também uma nova saída, uma nova oportunidade e uma nova esperança para o desenvolvimento futuro de Macau. Em conformidade com o 14.º Plano Quinquenal do País e em conjugação com a situação real de Macau, a Zona de Cooperação Aprofundada centrar-se-á na promoção do desenvolvimento da indústria de investigação tecnológica e da indústria transformadora de alto nível, bem como da indústria da medicina tradicional chinesa, entre outras indústrias de marca de Macau. Além disso, focar-se-á ainda no desenvolvimento do turismo cultural, do sector de exposições e convenções, do comércio e das finanças modernas, dinamizando, de forma contínua, a diversificação adequada da economia de Macau. Num maior espaço, a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau passará a ser um espaço importante para melhorar a qualidade de vida dos

residentes de Macau e um espaço para alcançar um desenvolvimento inclusivo. Com a articulação dos serviços públicos e dos sistemas de segurança social entre Macau e as cidades da Grande Baía, tais como a educação, os serviços de cuidados de saúde, os serviços de cuidados a idosos, entre outros, serão explorados modos de cooperação inovadores para a gestão de escolas e promovido o reconhecimento mútuo das credenciações profissionais, de modo a criarem-se mais espaços para o desenvolvimento dos residentes de Macau e a incentivarem-se os mesmos a montarem os seus negócios e a trabalharem na Grande Baía.

Além disso, no Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025), publicado em Dezembro de 2021, foram estabelecidas metas de desenvolvimento previsíveis para o desenvolvimento social e a promoção das acções vocacionadas para o bem-estar da população até 2025, como por exemplo, o rácio de médicos, de enfermeiros e de camas hospitalares por cada mil habitantes será aumentado para 3,0, 4,2 e 4,0 respectivamente. Por outro lado, o Regime de Previdência Central não Obrigatório transformar-se-á, gradualmente, num sistema obrigatório, prevendo-se que os contribuintes nesse regime atingirão 87.400 pessoas. A taxa bruta de matrículas no ensino secundário superior mantém-se num nível elevado e a proporção da mão-de-obra local com o ensino superior atingirá 42%. Para alcançar estes objectivos, serão feitos esforços para a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e, através da Academia Médica e do Instituto de Enfermagem, serão reforçados os incentivos ao pessoal médico para fazerem o Exame Nacional de Qualificação de Médico do Interior da China, com vista ao aumento da cultura e da formação do pessoal médico. Será criado um mecanismo de ajustamento no Regime de segurança social, com vista a assegurar um equilíbrio entre o nível de segurança básica dos idosos e o desenvolvimento sustentável do Regime de segurança social e aproveitar-se-ão as tecnologias de megadados para melhorar a precisão nos trabalhos de redução da pobreza. Alargar-se-ão os vários serviços de segurança social e melhorar-se-á a formação do pessoal dos serviços sociais para promover o desenvolvimento dos serviços sociais. Implementar-se-á o Planeamento a Médio e Longo Prazo do Ensino Não

Superior (2021-2030) e as Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021-2030), esperando-se que, com a melhoria da qualidade do ensino, da dedicação à formação do *softpower*, da capacidade de aplicação interdisciplinar e da capacidade da literacia científica e artística dos alunos, possa vir a ser melhorada a qualidade do ensino não superior e do ensino superior. Aumentar-se-á a capacidade inovadora do pessoal docente e da investigação das universidades, promovendo-se, gradualmente, a integração do desenvolvimento coordenado na Indústria-Universidade-Investigação. Nos termos do Planeamento dos Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau, foram fixados 43 objectivos a médio e longo prazo para serem alcançados durante o período do planeamento, visando proteger e salvaguardar o direito às oportunidades, os direitos e a dignidade das mulheres e das crianças, de modo a melhorar o seu bem-estar. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais está actualmente a lançar a “Formação subsidiada orientada para a empregabilidade”, com o objectivo de proporcionar aos residentes estarem melhor equipados, o mais breve possível, neste período de transformação e, através do serviço de colocação profissional, vocacioná-los para o desenvolvimento de uma nova carreira profissional.

Sem dúvida alguma que a redução da pobreza e o desenvolvimento inclusivo de Macau não se limitam exclusivamente ao nível interno; ambos incluem ainda a cooperação entre o Interior da China e o estrangeiro, bem como o apoio em muitos projectos de interesse público de regiões menos desenvolvidas, como por exemplo, o apoio ao distrito Congjiang, da Província de Guizhou na luta contra a pobreza e a participação no plano de revitalização rural do distrito Xiushui, da província de Jiangxi. Além disso, com a colaboração a longo prazo da Fundação Macau com a Fundação Song Qing Ling de Macau e a Fundação para Deficientes da China, foram construídos, em zonas remotas do Interior da China, centros de saúde materna e infantil, formaram-se directores e líderes de jardins de infância, doaram-se equipamentos médicos, ambulâncias e autocarros escolares, realizaram-se cirurgias de cataratas gratuitas, formaram-se pessoas com

deficiências e ajudaram-se aquisições de equipamentos, com vista a reduzir a pobreza e a promover o desenvolvimento inclusivo de outras regiões.

Em suma, a redução da pobreza e o desenvolvimento inclusivo através do desenvolvimento económico é o caminho adoptado pela RAEM para realizar um desenvolvimento “centrado no ser humano”. O objectivo principal é criar recursos através do desenvolvimento económico e redistribuí-los de modo a que todos os residentes possam partilhar os frutos do desenvolvimento, bem como, melhorar a qualidade global da educação dos residentes para alcançar um desenvolvimento inclusivo. Em paralelo, a RAEM envidará todos os seus esforços para promover a redução da pobreza e o desenvolvimento inclusivo de outras regiões que serve, explorando o desenvolvimento global e caminhos para a concretização da “Comunidade de Destino Comum da Humanidade”, sendo estes valores da sua cultura tradicional e uma característica de Macau que merece ser herdada e promovida. Embora o desenvolvimento socioeconómico de Macau esteja a atravessar um período de profundas mudanças, o impacto da epidemia tenha aprofundado as dificuldades de vários sectores e tenham surgido novos problemas e situações na sociedade, o Estado e o Governo da RAEM introduziram uma série de políticas e tomaram várias medidas positivas para assegurar o desenvolvimento sustentável da economia de Macau, através da sua integração no desenvolvimento global do país, da participação na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da cooperação conjunta com a província de Guangdong no desenvolvimento da Ilha de Hengqin. O Estado e o Governo da RAEM orientaram e encorajaram os residentes para transformarem e aperfeiçoarem as suas capacidades, a fim de consolidarem os resultados obtidos nos trabalhos da redução da pobreza e enriquecerem o conteúdo do desenvolvimento inclusivo da RAEM. Acreditamos que o desenvolvimento inclusivo de Macau florescerá e que a sua prática servirá de inspiração para o desenvolvimento de outras cidades da China e de outras regiões do mundo.